



**câmara municipal  
de matosinhos**

**DIRECÇÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PARTILHADOS  
DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

---

**CONCURSO PÚBLICO PARA:  
“IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE CARTÃO DE REDE PRIVADA  
COM FUNCIONALIDADES DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - CARTÃO  
MATOSINHOS”**

Código dos Contratos Públicos

**«CADERNO DE ENCARGOS»**

**DIRECÇÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PARTILHADOS  
DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

**PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS**

**Artigo 1.º**

**Objeto**

O contrato a celebrar tem por objeto, de acordo com as cláusulas técnicas descritas neste caderno de encargos e restantes peças do procedimento, a aquisição de serviços para implementação de solução de cartão de rede privada com funcionalidades de serviços municipais.

**Artigo 2.º**

**Preço base**

O preço base deste procedimento é de **€ 273.800,00 (duzentos e setenta e três mil e oitocentos euros )**, ao qual acresce a taxa do IVA legalmente em vigor.

**Artigo 3.º**

**Local da prestação de serviços**

A prestação de serviços terá lugar no concelho de Matosinhos, em conformidade com as Especificações Técnicas.

**Artigo 4.º**

**Prazo de execução do contrato**

O prazo de execução é de **36 (trinta e seis) meses**, contados desde a respetiva outorga sem prescindir do disposto no artigo 287.º, n.º 1 do CCP e atento o artigo 45.º, n.º 1 da LOPTC, em conformidade com Especificações Técnicas e restantes peças do procedimento.

**Artigo 5.º**

**Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais devem cumprir com o disposto no artigo 36.º do CIVA e só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após a prestação dos serviços e obrigatoriamente fazer menção ao número do compromisso, nos termos da lei.
2. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o

**DIRECÇÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PARTILHADOS  
DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3. As faturas deverão ser emitidas em nome no Município de Matosinhos, NIF 501305912, sito na Av. D. Afonso Henriques, 4454-510 Matosinhos – Divisão de Contabilidade, com expressa referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, devem especificar o respetivo número de compromisso.

4. Nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto na sua atual redação, os contraentes públicos são obrigados, a partir de 01 de janeiro de 2023, a processar faturas eletrónicas no modelo estabelecido pela norma europeia respetiva aprovada pela Comissão Europeia e publicitada no portal do contratos públicos, a que se refere o n.º 3 do artigo 299.º-B do CCP, com exceção das micro, pequenas e médias empresas, definidas nos termos da Recomendação 2003/361/CE, da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativamente às quais este prazo foi alargado para 01/01/2025, nos termos do disposto no artigo 305º da Lei nº 82/2023, de 29 de dezembro.

5. Com o objetivo de facilitar a adoção da fatura eletrónica pelos fornecedores do Município de Matosinhos, informamos o contacto do parceiro tecnológico E-mail: [fornecedores.saphety@saphety.com](mailto:fornecedores.saphety@saphety.com) / [helpdesk@saphety.com](mailto:helpdesk@saphety.com), Telefone: +351 308 801 249 / +351 707 101 249, o qual dispõe de soluções que permitem o envio da fatura eletrónica, não obstante a existência de outras opções no mercado nacional.

6. O incumprimento dos prazos e das obrigações estabelecidas no contrato determina a suspensão dos pagamentos previstos.

7. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

**Artigo 6.º**

**Sigilo**

A entidade adjudicante garantirá o sigilo quanto a informações que venha a ter conhecimento relacionadas com a atividade dos concorrentes.

**Artigo 7º**

**Cessão da posição contratual**

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou quaisquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização prévia da entidade adjudicante.

2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:

**DIRECÇÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PARTILHADOS  
DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

- a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
- b) Ser apreciado pela entidade adjudicante, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

**Artigo 8.º**

**Atrasos e penalidades**

- 1. A entidade adjudicante terá o direito a exigir indemnização por perdas e danos eventualmente resultantes do atraso ou do não cumprimento por parte do adjudicatário e por facto que lhe seja imputável, das obrigações emergentes do contrato.
- 2. Se por qualquer razão imputável ao adjudicatário o contrato não vier a ser outorgado, este perderá a favor da entidade adjudicante a importância correspondente à caução apresentada, até ao valor dos danos sofridos, sem prejuízo da indemnização pelo dano que exceda o valor da mesmas.
- 3. No caso de atraso ou do não cumprimento do contrato ou de alguma das respetivas obrigações deste, por parte do cocontratante por causa que lhe seja imputável, poderá ser aplicada uma penalidade, calculada de acordo com a seguinte fórmula:  $P=V \cdot A/365$ , em que **P** corresponde ao montante da penalidade referente ao período em atraso, **V** é igual ao valor da adjudicação e **A** é o número de dias em atraso na prestação de parte ou do todo.
- 4. Os pagamentos das penalidades previstas no número anterior são sujeitos a descontos nas faturas não liquidadas.
- 5. É, aplicável o disposto no artigo 448.º do CCP, no caso do atraso na entrega ser superior a três (3) meses.

**Artigo 9.º**

**Caução para garantir o cumprimento de obrigações**

- 1. Não é exigida a prestação de caução, de acordo com o estipulado no nº 2, do artigo 88º, do CCP.

**Artigo 10.º**

**Celebração de contrato**

Haverá redução de contrato a escrito em conformidade com o disposto no artigo 94.º do CCP, e nos termos do artigo 96.º do CCP.

**Artigo 11.º**

**DIRECÇÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PARTILHADOS  
DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

**Extinção do contrato em geral**

Para a extinção do contrato em geral é aplicável o disposto nos artigos 330.º a 335.º do CCP.

**Artigo 12.º**

**Resolução e modificação do contrato**

1. Será resolvido o contrato caso se verifique o disposto no artigo 448.º do CCP aplicável por força do disposto no artigo 451.º do mesmo Código.
2. Por acordo entre as partes, desde que devidamente fundamentado, é admitida a prorrogação do prazo de execução do contrato.

**Artigo 13.º**

**Casos fortuitos ou de força maior**

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

**Artigo 14.º**

**Outros Encargos**

1. O adjudicatário deve respeitar, quer na fase de formação do contrato quer na sua execução, as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, de acordo com o preceituado no artigo 1º.-A do CCP.
2. As despesas inerentes às operações de atos, transporte, carga e descarga e outros procedimentos, bem como as derivadas da prestação da caução são encargos do adjudicatário.

**Artigo 15.º**

**Responsabilidade Civil Extracontratual e Direito de Regresso**

1. O cocontratante é o único responsável pelo ressarcimento integral dos danos causados a terceiros na execução do presente contrato, por violação culposa ou independentemente de culpa, das obrigações contratuais, deveres legais e regulamentares aplicáveis, seja por atos ou omissões e sem prejuízo de eventual responsabilidade criminal, contraordenacional ou outra a que haja lugar que lhe é imputada nos mesmos termos.

**DIRECÇÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PARTILHADOS  
DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

2. O Município tem direito de regresso sobre o cocontratante quanto à totalidade de quaisquer valores indemnizatórios ou compensatórios que tenha pago aos terceiros lesados pelos danos decorrentes do incumprimento das obrigações e deveres mencionados no número anterior.

**Artigo 16.º**

**Propriedade intelectual**

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação de serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. O adjudicatário obriga-se a transferir a posse e a propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o Município, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, incluindo os previstos no n.º 4 do artigo 14.º e 49.º, ambos do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, bem como de outros direitos de propriedade intelectual, relativos aos serviços objeto do presente caderno de encargos, produtos dele resultantes nomeadamente, código fonte, documentação e elementos afins, bem como dos produtos consequentes a todas as ulteriores adaptações que se venham a revelar necessárias.
3. O adjudicatário entregará ao Município no termo do contrato toda a documentação relativa aos trabalhos desenvolvidos, incluindo as respetivas fontes que serão propriedade do Município.
4. O Município poderá transformar e reproduzir todos os documentos e todo o software desenvolvido, bem como proceder à sua distribuição, onerosa ou gratuita, de forma inteiramente livre.
5. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

**Artigo 17.º**

**Patentes, licenças e marcas registadas**

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no decurso da execução do contrato celebrado, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso o Município venha a ser demandado por ter infringido, no decurso da execução do contrato celebrado, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário fica constituído no dever de o indemnizar de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

**Artigo 18.º**

**Proteção de dados pessoais**

**DIRECÇÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PARTILHADOS  
DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

1. O prestador de serviços obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar utilizar ou discutir com terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela CMM ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. Os dados pessoais a que o prestador de serviços tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela CMM ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas da CMM, comprometendo-se, designadamente a não os copiar, reproduzir, divulgar, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros.
3. No caso em que exista autorização da CMM para a subcontratação de outras entidades para a prestação de serviços, será o fornecedor responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
4. O prestador de serviços obriga-se a garantir que as empresas por ele subcontratadas cumprirão o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos a celebrar com as entidades por si subcontratadas.
5. O prestador de serviços obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente:
  - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela CMM única e exclusivamente para efeitos da prestação de serviços objeto deste contrato;
  - b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
  - c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
  - d) Cumprir todas as regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a CMM esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
  - e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da CMM contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
  - f) Prestar à CMM toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter a CMM informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo

**DIRECÇÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PARTILHADOS  
DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dado pessoais;

g) Assegurar que todos os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato relativamente às regras de confidencialidade e proteção de dados pessoais;

h) Adotar todas as medidas exigidas nos termos do artigo 32º do RGPD.

6. O prestador de serviços será responsável por qualquer prejuízo em que a CMM venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

7. Para efeitos do disposto nos números anteriores da presente cláusula, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao prestador de serviços, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido com o referido colaborador.

8. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo por que ocorra.

**Artigo 19.º**

**Legislação aplicável**

Em tudo o que for omissa no presente Caderno de Encargos e seus anexos, observar-se-á o disposto no CCP, na sua atual redação.

**Artigo 20.º**

**Foro competente**

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.

**Artigo 21.º**

**Prevalência**

1. Fazem parte integrante do contrato:

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela entidade adjudicante;

b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;

c) O caderno de encargos;

d) A proposta adjudicada;



**DIRECÇÃO MUNICIPAL DE SERVIÇOS PARTILHADOS  
DEPARTAMENTO FINANCEIRO  
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

**PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

As especificações técnicas constam do anexo ao presente caderno de encargos,